

## Parte II

9 - Alcovas e Corredores

José Carlos Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, JC. Alcovas e Corredores. In: *O corpo na história* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. Antropologia e saúde collection, pp. 137-154. ISBN: 978-85-7541-555-9. Available from: doi: [10.7476/9788575415559](https://doi.org/10.7476/9788575415559). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/p9949/epub/rodrigues-9788575415559.epub>

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 9

## Alcovas e Corredores

---

A separação de corpos e de individualidades que a história ocidental vem exibindo não se refere apenas ao contato entre cadáveres, nem às relações entre estes e os vivos. Não é apenas tátil e não se verifica exclusivamente na morte. Está sobretudo na vida, é também visual, olfativa, gustativa, auditiva... No decorrer desta história, os diferentes sentidos vão gradativamente manifestando-se na delimitação das fronteiras disso a que se poderá chamar ‘meu corpo individual’. Este trabalho contínuo de demarcação de territórios individuais está associado às práticas mais concretas do cotidiano e ilustra cristalinamente que existe uma história da apropriação privada do eu, assim como há uma história da propriedade dos bens de produção.

Se quisermos entender as modificações de mentalidades e de sensibilidades que vieram a produzir a espécie de ser humano que hoje constituímos, é estrategicamente interessante seguir a pista que nos oferecem as transformações por que passaram os ambientes imediatos que enquadraram o que havia de mais corriqueiro, cotidiano e significativo das vidas humanas. Refiro-me às habitações, especificamente às suas partes e seus componentes. Nas residências, as sociedades costumam materializar e tornar visíveis estruturas sociais e intelectuais abstratas, de difícil observação alhures. Além disso, normalmente as moradias põem à disposição – para a utilização de seus membros, mas também para o olhar perscrutador do analista – aqueles equipamentos adequados ou necessários à viabilização de um modo particular de existir individual e coletivamente. A casa é, pois, um “*locus* em que necessidades simbólicas e sociais estão articuladas com necessidades técnicas”, para usar as palavras de Pierre Bourdieu (1979:135). A experiência tem mostrado que o estudioso da vida social poucas vezes se arrepende de obedecer às buscas sugeridas por este filão.

Entretanto, esta estrada não deixa de apresentar dificuldades respeitáveis, na medida que pretendamos nos aprofundar no tempo. Na maior parte das vezes, o que permaneceu das casas medievais, sobretudo das menos ricas e imponentes, foi ruína. A arqueologia não exhibe muito mais do que restos mortais, que apenas por meio de recursos paralelos (textos, iconografia etc.) podem revelar alguma coisa

sociologicamente segura. Muito do que era fundamental nos cotidianos nem restos mortais nos legou. Foi o caso, por exemplo, de boa parte das mobílias e instrumentos feitos em madeira, das tapeçarias e dos objetos de decoração feitos de material têxtil ou outros perecíveis – mas os inventários nos falam deles e nos asseguram terem sido razoavelmente numerosos.



Já fiz uma rápida referência ao fato de que as casas medievais apresentavam um aspecto muito mais público e coletivo do que aquelas em que hoje passamos parte considerável de nossas vidas. Fechavam-se menos em si e representavam um corte mais gradual do que qualitativo em relação ao exterior. Abriam-se para campos e ruas, tinham portas e janelas franqueáveis sem grandes cerimônias. Fundamentalmente, a existência no medievo, como vimos, transcorria ao ar livre. As casas da Idade Média não eram lugares de enclausuramento, mesmo em seus interiores. Seus cômodos eram poucos, mas de natureza multifuncional. Seus móveis também não eram numerosos, embora se destinassem à utilização simultânea por muitos (bancos coletivos em vez de cadeiras individuais, por exemplo). E, se a compararmos às casas de hoje, poderemos afirmar com toda tranquilidade que se destinavam a um número enorme de usuários.

A hospitalidade era uma das características mais espontâneas e evidentes da vivenda medieval. Todo homem que merecesse este título abria as portas de sua casa, convidava à sua mesa e oferecia abrigo sob seu teto (Duby, 1978). Tal traço não era de forma alguma um distintivo de riqueza material, nem um acontecimento restrito aos grandes dias. Não: a hospitalidade era uma regra geral e plenamente cotidiana, que se teatralizava na sala, se houvesse uma, no quarto, com freqüência, ou na cozinha, mais comumente. Até mesmo o eremita era homem de encontros e acolhimento, pois seu abrigo sumário muitas vezes servia de etapa para o viajante desgarrado. Toda a literatura medieval dá testemunho dessa função geral de guarida (Dalarun, 1990). Naqueles tempos ainda não existiam lugares funcionalmente predefinidos para a hospitalidade. Também não havia instantes especificados: com exceção talvez das ocasiões de doença, morte ou festividades, era habitual que os hóspedes chegassem sem avisar, no momento em que bem entendessem e que se demorassem por tempos que certamente nos pareceriam absurdos.

Os visitantes podiam ser os mais diversificados. Em grande parte a população do Ocidente continuava a ser nômade: era o caso principalmente dos chefes – reis, nobres, bispos, com os séquitos numerosos que sempre os acompanhavam. Tanto podia um humilde camponês receber em seu casebre um nobre em viagem com sua comitiva, como deveria este abrir suas portas para camponeses, aldeões, magistrados, fidalgos. A hospitalidade era um atributo essencial da nobreza, de forma tal que se observava neste meio social algo bem próximo de uma interpenetração entre o privado e o público, quase osmose.

Assim, se o castelo ou o solar de um poderoso tendia a parecer uma casa particular, a casa de todo homem que detivesse uma parcela respeitável de poder deveria, por seu turno, tomar o aspecto de um palácio e, em conseqüência, abrir-se para revelar seu interior. Os castelos ou os seus equivalentes constituíam uma espécie de *habitat* comunitário. Era deste modo que a presença de pobres era considerada indispensável em toda casa abastada e representava, dentro da visão de mundo prevalente, uma bênção para o senhor e sua família (Duby, 1991b; Mollat, 1989; DaMatta, 1993b). É importante registrar que ‘pobre’, no contexto do medievo, não significava apenas alguém desprovido de riquezas materiais traduzíveis em cifras monetárias: a categoria incluía também doentes, loucos, anciãos, viúvos...

Ao mesmo tempo, as partes mais públicas da casa senhorial, como as salas, pareciam decididamente preparadas para as festas. Gravuras costumam mostrar os senhores nelas se exibindo com fausto, alimentando amigos e convidados, em mesas destinadas a banquetes. Um simples negociante genovês, um pequeno banqueiro sem muita influência na cidade, por exemplo, gastou em 1460, apenas para o banquete de bodas de sua filha, exatamente um terço do que custou a alimentação do ano para sua casa de dez pessoas. Em Florença, em junho de 1466, quando Bernardo Rucellai se casou com a filha de Piero de Medici, cento e setenta convidados sentaram-se em torno da mesa principal, enquanto quinhentos ocupavam as outras mesas: cento e vinte barris de vinho, três mil aves, dois mil e oitocentos pães... (Heers, 1988). Isto se deu, evidentemente, muito antes que a sensibilidade puritana viesse a fazer da língua um órgão mais voltado para a oração que para os prazeres carniais; aconteceu antes que a racionalidade capitalista procurasse impor um caráter utilitário à alimentação e tentasse submeter o sentido do paladar, como tudo o mais, aliás, às várias modalidades de cálculo.

As cenas de comensalidade medieval freqüentemente aparecem ressaltadas por muita luz, proporcionada por janelas, luminárias, lareiras, travessas e talheres lustrosos. A hospitalidade teve um papel essencial na economia da Idade Média, na qual, em princípio, não havia qualquer intenção de investimento. O alimento ainda não havia sido transformado em uma espécie de combustível, destinado à restauração das energias utilizadas pelo organismo (o substantivo ‘restaurante’, com este sentido, vale a pena lembrar, apareceria apenas no século XVIII). Se existia o cuidado e, mesmo, a preocupação, de acumular alimentos no celeiro, no quarto ou na adega, tal não acontecia, todavia, senão como uma espécie de previsão, ou melhor, como uma provisão, para as festividades. Em outras palavras, ocorriam tendo-se em mente ocasiões em que as riquezas da casa deveriam ser esbanjadas e em que os tesouros privados deveriam encontrar o seu destino inevitável: dissolverem-se quase integralmente no ambiente público.

A ética da acumulação não colidia apenas com a doutrina religiosa. Contraindizia também as disposições fundamentais da aristocracia. Para esta, dispor da riqueza de modo ostensivo e exibicionista, dissipando-a de modo público e sem

fazer contas muito realistas, constituía gesto de nobreza e de generosidade. Contaminados por este modo de ser, os negociantes ricos muitas vezes se fizeram retratar como seres magnânimos e generosos, esforçando-se por oferecer de si uma imagem pública de nobreza. No entanto, em seu íntimo e seu essencial, o burguês, ao contrário do aristocrata, não consegue ser senão um poupador parcimonioso, calculista e egoísta. Não se livra de ser alguém que gasta dinheiro apenas com inteligência instrumental. Trata-se radicalmente de um tipo humano condenado a sempre trabalhar, não tendo em vista senão um retorno lucrativo e utilitário das despesas que por ventura se veja obrigado a fazer (Gourevitch, 1989).

Nos tempos feudais, a vida de ricos e de pobres não estava ainda, como sabemos, mesquinamente curvada sobre a poupança, mas derramava-se em generosidades expansivas, com a finalidade de multiplicar amigos, pois estes é que constituíam a verdadeira riqueza. Sobretudo com relação aos nobres, a recomendação era, como nos lembra Duby, a de “para isso jamais olhar a despesa”, pois “no quarto onde procriava, na sala onde alimentava, o senhor não detinha poder em seu privado senão na proporção de sua aptidão a dar, e sempre mais” (1991b:82). Do ponto de vista sociológico, esta generosidade era primordial para nutrir a rede de laços de lealdade e dependência pessoal que tecia a sociedade medieval em toda sua extensão. Sob outro aspecto, coerentemente, não deixa de ser de alta significação que fosse habitual que as comunidades da Idade Média se vingassem daquelas que as tivessem ofendido de modo grave justamente destruindo suas moradias. Tratava-se de um gesto quase extremo de ruptura.

Em termos absolutos, exatamente porque acumulavam de modo superposto funções diversificadas, que vieram mais tarde a se especializar, as peças que compunham a casa medieval eram bem maiores do que aquelas que as sucederam no decorrer da nossa história. Compreensivelmente, as habitações da Idade Média não davam ênfase às portas, em especial às interiores, posto que paredes internas não eram numerosas. Muito menos atribuíam importância às fechaduras, o que se aplicava igualmente às trancas de armários e arcas, principalmente se individuais. Nas regiões de temperatura mais fria, as janelas costumavam ser estreitas e a luminosidade resultava escassa. A casa nucleava-se nesses casos em torno da lareira, cuja fumaça se enegrecia a parede e o ambiente, ao mesmo tempo iluminava a sociabilidade e constituía uma verdadeira força centrípeta a atrair pessoas. A lareira servia também de fogão, de secador de roupas, de ponto de iluminação, de lugar de conversa, de aconchego e de afeto (Ariès, 1992).



A importância da casa como reveladora dos modos de vida se manifesta também nos objetos que a compõem, mesmo que esta importância se revele a nós por ‘ausências’. Por exemplo, do mais alto ao mais rasteiro na hierarquia social, todos comiam com as mãos durante a maior parte da Idade Média. Se existia um refinamento, este residia na atenção à lavagem das mãos, no fato de não se utiliza-

rem ambas para tocar a comida, ou no cuidado de segurar os alimentos com apenas três dedos. Ao engorduramento que inevitavelmente resulta deste método de alimentação, respondia-se com o ato de levar os dedos à boca para lambê-los ou de enxugá-los na roupa.

Foi preciso esperar pelos séculos XIII e XIV para que entre as elites esses costumes começassem a ser considerados rústicos, para que fossem associados a hábitos de camponeses e, por conseguinte, se vissem condenados com alguma intensidade. Assim, no século XIII recomendava-se, por exemplo, com uma insistência capaz de suscitar desconfiança, que aquele que por ventura tosse ou assoasse o nariz cuidasse de se virar para o lado, a fim de que nada caísse sobre a mesa de refeição. No século XIV, já era “indelicado assoar o nariz na toalha da mesa”. No século XV, o tom passou a ser um pouco imperativo: “não assoe o nariz com a mesma mão que usa para segurar a carne”. Em 1589 o tom de ordem aumentou: “que ninguém antes, durante ou após as refeições suje as escadas” (Elias, 1990:136-137,147).

No entanto, tais condenações não se davam ainda por alegações de ordem higiênica e ocorreram alguns séculos antes de Pasteur descobrir os microorganismos patogênicos. Ao contrário, além de não se legitimarem com base em supostos racionais e médicos, os motivos de saúde, quando presentes, eram acionados exatamente em oposição ao controle corporal. Assim, por exemplo, no tratado de Erasmo sobre as civilidades, *De Civilitate Morum Puerilium*, 1530, aparecem conselhos do tipo “é insalubre reter os gases”, embora o manual sugerisse também, para esses casos, que “a tosse esconda o som” e que “se o vento puder ser solto sem ruído, melhor”. Erasmo comentava ainda: “os tolos que valorizam mais a civilidade que a saúde reprimem os sons naturais”. Em 1729, no seu *Regras do Decoro e da Civilidade Cristã*, La Salle continuava aconselhando: “você não deve se abster de escarrar”. Os argumentos baseados em contenção corporal não se generalizariam antes do século XIX (Elias, 1990).

Obedecendo ainda ao estilo medieval, tais recomendações foram formuladas com muito humor, irreverência e sátira; com muita ironia, zombaria e deboche. Mas também já se pode perceber nelas alguma seriedade: “não estale os lábios como um cavalo”, “não seja como a cegonha, mastigue”, “quando a comida for trazida, seja o primeiro a atacá-la, enfie grandes nacos na garganta, como se fosse um porco”. Tais recomendações passaram a se justificar por distinguirem os homens dos animais (Thomas, 1988:44), por serem uma questão de boas maneiras, por representarem um signo de distinção social, por não parecer nobre ou cortês proceder diferentemente, por esses cuidados expressarem respeito à presença de outras pessoas... Foi somente por volta de 1670 e em particular na segunda metade do século XVIII, que os manuais de boas maneiras – não os de higiene – passaram a recomendar com mais ênfase, como gestos convenientes a todos (e, portanto, idealmente obrigatórios não apenas para a

aristocracia ‘fina’), procedimentos como tocar no alimento apenas com o garfo, não se coçar com a mão usada para pegar o prato coletivo, evitar assoar o nariz no guardanapo, entre outros.

O utensílio de mesa mais freqüente na Idade Média era a faca, objeto que não era propriamente um talher: tratava-se na verdade de um instrumento multifuncional que, além de ser portado constantemente, como parte integrante do vestuário, servia para cortar madeira, folhas e galhos, para palitar dentes, matar animais e mesmo pessoas. Com esta ferramenta se partiam pedaços de carnes que eram transportados para as mãos ou depositados sobre a tábua da mesa. Não haveria, entretanto, qualquer recriminação se o pedaço cortado fosse levado diretamente à boca com a própria faca, pois quase nunca existiam pratos individuais. Sem qualquer impedimento inspirado em princípios de higiene ou de preservação da saúde, uma travessa comum circulava ou era colocada à disposição de todos, da mesma forma como também eram coletivas as canecas em que se bebia água, cerveja ou vinho.

A maneira como a comida se apresentava merece registro. Eram animais inteiros que se colocavam diante dos olhos dos comensais. Isso não se aplicava apenas aos de proporções reduzidas, como peixes, aves e coelhos. Valia também para cordeiros e pequenos veados, para não mencionar carnes maiores, caças, porcos e bois. Uma das razões da diminuição do tamanho das peças que vão à mesa poderia ser o encolhimento das unidades familiares, que sabemos ter acontecido praticamente em toda a Europa. Esta explicação, no entanto, não chega a ser de todo satisfatória. O ponto mais fundamental é que hoje nos causaria imensa repugnância o fato de nos depararmos ‘pessoalmente’ à mesa com aves portadoras de cabeça, pés e penas; com porcos providos de orelhas, patas e vísceras; ou, ainda, ficar face a face com um novilho equipado de olhos, cascos, rabo e chifres.

Em nome do afastamento de tudo o que for orgânico, nossa sensibilidade atual determina que seja indispensável desidentificar o alimento, sobretudo se carne, para que o possamos ingerir sem engulhos. Tal desidentificação deve ocorrer preferencialmente bem longe de nossas vistas, narizes e ouvidos, escondendo-se o sangue, o grito, o cheiro e a sujeira, por meio de atos segregados em bastidores da vida social, como matadouros, cozinhas e açougues – providências que têm despertado crescente atenção desde o início da Idade Moderna (Thomas, 1988). Cada vez mais, além disso, esses atos só podem ser realizados por pessoas que consideramos – talvez exatamente por esta razão – dotadas de um *status* inferior. Em tempos mais recentes, seguindo estímulos da cultura industrial e acentuando a mencionada tendência à desidentificação e ao afastamento, semelhantes trabalhos devem ser tanto quanto possível executados por máquinas.

Aqui reside um paradoxo simplesmente impressionante de nossa sensibilidade contemporânea. Tais máquinas de matar efetuam a tarefa desidentificadora em escala industrial, tratando multidões de animais como se fossem meros obje-

tos. Em grande medida, a missão dessa parafernália é não nos deixar atentar para o fato de que, em ilusória substituição a nós, realizam a matança e a descaracterização dos animais de uma maneira extraordinariamente fria e insensível.

Assim, essas engenhocas de matar aos milhares ou milhões são também equipamentos de nos anestesiarem e nos eximir de culpa. Semelhantes funções são muito nítidas, sobretudo em uma sociedade baseada na produção industrial que, depois do crescimento das cidades, dispensou os animais do processo produtivo, viu-se em condições de substituí-los, explorando agora as máquinas, mas sem a necessidade de se preocupar com qualquer freio ético – a exemplo do que já tinha acontecido aos próprios animais. Por isso, passaram a ser comodamente possíveis a veleidade e o luxo de as pessoas se imaginarem solidárias dos bichos e de se arvorarem em protetoras dos direitos destes.

Por não requererem para si quaisquer deferências de natureza ética, como se pensa, tais máquinas realizam o prodígio de conjugar o mais insensível e cruel dos morticínios com uma sensibilidade sutil, refinada, delicada, que se proclama incapaz de tolerar o mínimo traço de orgânico, de morte e de decomposição. A extrema sensibilidade contemporânea, desse modo, vira sinônimo de extrema letargia e insensibilidade. Podemos perceber, assim, que esses comportamentos que chamamos de racionais, ao contrário do que tendemos a acreditar, derivam diretamente de uma forma de emoção – pois resultam radicalmente da repugnância. De maneira ambivalente, tais procedimentos são ao mesmo tempo um modo de sentir e de não sentir.

Por esta via – que costumamos chamar de racional –, os alimentos que hoje ingerimos passaram a ser de tal modo disfarçados por maquiagens físicas (cortados, picados, moidos, diluídos, coloridos) e lingüísticas (cardápios em línguas estrangeiras, designações eufêmicas, distinções entre o nome do animal e o do prato que dele resulta), que dificilmente os podemos reconhecer. Nos tempos em que se falava em sacrificar um animal, contudo, a despeito de seus tamanhos, os bichos – quase sempre velhos conhecidos, vizinhos ou companheiros – ou grandes parcelas dos mesmos, eram trazidos para a mesa sem prévio esquarteramento. A mesa era quase como um altar, onde eles eram desmontados, de acordo com um procedimento ritual que proporcionava prazer, exprimia posições sociais e homenageava pessoas. Imagino que este aspecto comunitário possa explicar a recomendação, ainda hoje bastante presente, mesmo que de modo crescentemente artificial, de que cada um deva reservar as melhores porções para os outros (Elias, 1990; Flandrin, 1992; Ribeiro, 1983; Thomas, 1988).

Estes gestos alimentares específicos, que acabei de mencionar, eram perfeitamente compatíveis com as características gerais da casa medieval. Hoje em dia, praticamente todos levamos à boca pedaços bem menores de comida, fragmentos que retiramos de nosso próprio prato, com talheres individuais e funcionalmente especializados. Com freqüência, em nossos tempos, os pratos são bas-



tante superindividualizados e ultra-especializados pelos seus conteúdos, muitas vezes sendo sucessivamente substituídos no decorrer de uma mesma refeição. No entanto, nem sempre atentamos para o fato de que foi somente aos poucos que surgiram e que foram sendo socialmente absorvidos esses talheres que atualmente nos são tão familiares e cujo manuseio constitui uma gramática de tal modo sofisticada, que talvez só encontre paralelo na invenção de uma língua ‘cultu’.

Os talheres representam uma imensa parafernália de separação de individualidades e de classes sociais. Sua utilização implica um verdadeiro ritual a requerer anos e anos de aprendizado, envolvendo uma sintaxe – baseada no encadeamento de várias séries paralelas (instrumentos, partes do corpo, tipos de alimentos, momentos da refeição etc.) – que configura significações em escala infinitesimal e que faz altamente expressivo qualquer mínimo desvio. Trata-se de um cerimonial de acesso difícilimo para os pobres e a cuja artificialidade as crianças, mesmo de camadas privilegiadas, resistem o quanto podem. As regras dessa gramática representam também a incorporação de um padrão bastante específico de sensibilidade, que requer, mesmo na esfera biográfica, muitos e muitos anos para se estabelecer com profundidade.

O surgimento dessa tecnologia da mesa em geral foi antecedido por recomendações mais ou menos abstratas, relativas às maneiras de proceder ao utilizar-se o instrumental. Antes do aparecimento do copo e da colher individuais, por exemplo, os manuais de boas maneiras aconselhavam enxugar a boca quando se fosse beber na caneca comum. Sugeriam fazer o mesmo com a colher coletiva antes de transferi-la a outras pessoas. De modo análogo, no caso de alguém não conseguir engolir o alimento inteiro, a diretriz de cuspi-lo em algum lugar específico, ao invés de devolvê-lo à travessa coletiva, precede o prato e o garfo individuais.



Não é necessário insistir em que o aspecto de uma casa medieval dependia da situação econômica de seus ocupantes. Este sempre foi no Ocidente um dos principais indicadores de desigualdade social. Não obstante, é importantíssimo observar que alguns característicos permaneciam mais ou menos invariantes, apesar da sucessão dos séculos, da diversidade dos estratos sociais, da mudança dos contextos, se rural ou urbano, das diferenças de região e de atividades econômicas da vida medieval. Tais invariâncias apontam, com certeza, para a configuração de alguns padrões culturais dotados de certa permanência, padrões que nada têm de desprezível, pois estão predestinados a marcar intensamente as sensibilidades ocidentais.

Além dos traços já mencionados, seria interessante frisar a coabitação de homens e animais. A casa era ao mesmo tempo um depósito de instrumentos de trabalho, um celeiro em que se conservavam alimentos e colheitas, uma adega e um galinheiro. Também era um lugar onde se acumulavam restos destinados à alimentação de rebanhos. Era ainda um estábulo, isto é, um espaço por onde circulavam mais ou menos livremente vacas, cavalos, cães, gatos, frangos, patos,

gansos, porcos, cabras, ovelhas, com seus respectivos ruídos, odores, presas, parasitas e excrementos. O processo de fragmentação – a que tenho feito constante referência e que é uma das chaves para a compreensão das sensibilidades moderna e contemporânea – não a tinha ainda atingido. Deste modo, a casa medieval, não se havendo ainda especializado como unidade exclusivamente dedicada ao consumo, era fartamente marcada pelo trabalho e pelas atividades produtivas.

De acordo com a lógica medieval, a segregação dos animais não precisava ser um princípio observado – característica, aliás, que se conservaria em muitos pontos do território europeu até bem dentro do século XX. Os bichos não eram banidos nem mesmo do leito em que dormiam as pessoas. Os textos e imagens nos falam de animais, crianças, mulheres e homens que se misturavam e amontoavam, trocando cheiros, calores, hálitos e sensibilidades tácteis. Isto valia particularmente para as casas de um só cômodo, uma vez que, naquelas que possuísem dois, um deles poderia ser reservado, comumente mas nem sempre, à habitação dos bichos. Mesmo quando não fossem habitantes da casa, coisa que as tendências históricas mais fortes iriam aos poucos materializar, ainda que não completamente, os animais dispunham de uma espécie de salvo-conduto, prerrogativa de que continuariam a dispor ainda por muito tempo. Este passaporte lhes permitia entrada franca em qualquer cômodo das residências, a qualquer momento.

A casa típica do camponês medieval era de uma única peça, a ser partilhada com o grupo familiar. Com bastante frequência, este grupo envolvia três gerações, além de uma prole numerosa. As casas mais ricas e urbanas em geral eram feitas de pedra e telha, em vez de barro, madeira e palha. Possuíam o chão coberto, em lugar da terra úmida, esburacada e muitas vezes empoçada das casas pobres e camponesas. Essas moradas privilegiadas apresentavam pés-direitos elevados, não raro eram dotadas de mais de um pavimento, contrastando com o relativo achatamento das residências humildes. Os cômodos dos domicílios mais ricos certamente também eram mais numerosos, além de muito mais espaçosos em termos absolutos.

Nessas dependências podia-se constatar, contudo, o mesmo amontoamento verificável nas casas dos pobres, uma vez que cada um dos vários cômodos das habitações abastadas era utilizado mais ou menos como se fosse único. Desse modo, a lareira, ou o fogão, encontra-se na sala, em mistura com utensílios de cozinha, com mesas, com cavaletes, com bancos, com tonéis, com sacos de alimentos, além de ficarem contíguos a objetos que mais tarde seriam específicos do quarto (Ranum, 1992). “A sala e o quarto não são espaços estritamente antagônicos (...) eles não são senão aquilo que os homens e as mulheres que os habitam querem deles fazer” (Barthélemy, 1991a:415). Dadas essas condições, é de todo pertinente questionar se não seria um tanto etnocêntrico e parcialmente anacrônico referir-se a quartos, salas e cozinhas no contexto medieval.

Ocorrendo também nas vivendas mais opulentas, o amontoamento que se testemunhava nas casas medievais não pode ser atribuído à pobreza (Roncière, 1991). É preciso, ao contrário, considerar que ele coloca em evidência uma di-

menção eminentemente cultural, que já pudemos surpreender em diversas outras manifestações da vida na Idade Média. Nas residências brindadas com múltiplos cômodos, era comum que as pessoas se apinhassem para dormir na sala ou na cozinha, perto do fogão ou da lareira, que eram lugares onde também se punham queijos a secar ou fermentar e em que se amontoavam ou penduravam carnes salgadas e defumadas. Estes comportamentos reproduziam o que se poderia observar também nas residências de peça única.

Ao lado do habitual trânsito de animais, nessas casas abastadas sucedia igualmente de se cozinhar ou se fazerem refeições nos quartos (Collomp, 1992). Semelhantes costumes eram tão profundamente sedimentados, em todas as regiões e em todos os estratos, que puderam tranqüilamente vigorar pelo menos até o amanhecer do século XX. A existência deles desdobra, na prática, um princípio elementar, precioso para podermos entender várias manifestações da sensibilidade do medievo e, por contraste, da nossa própria: a especialização das peças da habitação (quartos específicos para cada sexo, salas de estar e refeitórios, lugares de higiene corporal, cômodos de circulação etc.) ainda não se havia verificado com a nitidez que os séculos posteriores viriam a impor. Como sabemos, esta tendência de especialização é particularmente pertinente no que diz respeito aos hábitos e à sensibilidade das camadas superiores da sociedade contemporânea.



A exemplo do que acontece com os móveis, há um momento em que as dimensões dos cômodos começam a diminuir. Em compensação, verifica-se uma espécie de multiplicação de espaços, processo que ocorre também com o mobiliário. De início, esses espaços menores surgem como subdivisões ou apêndices dos espaços maiores, nos quais se concentram funções ou atividades que posteriormente pleitearão autonomia e segregação. Por exemplo: as pessoas começam a preferir os cantos mais escuros para atividades tais como descansar ou praticar relações sexuais, e os mais iluminados para conversas ou trabalhos domésticos. Foi desse modo que se insinuam e anunciam os primeiros esboços de espaços especialmente destinados à alimentação, à cozinha, à alcova, a *toilette*, às funções excretórias, à hospitalidade, ao repouso...

No princípio, estes espaços, que lentamente se especializam, são como que dispostos em fileira (Ariès, 1978). Aos poucos, entretanto, são criados recursos arquitetônicos de comunicação seletiva, tendo por finalidade permitir a entrada ou saída de um cômodo sem necessidade de se transitar por outros. Na ausência desses artificios arquitetônicos, não teria sido possível um isolamento que fizesse valer uma verdadeira intimidade, tal como o que se pôde testemunhar mais vivamente nas construções edificadas a partir do século XVIII. Foi por este meio que se difundiram os corredores, as escadas privativas, os *halls* de entrada.

A história da casa é extremamente solidária à do corpo. O estabelecimento da separação de corpos é um evidente criador de fronteiras, definidor e redefinidor da idéia de individualidade. Esta separação se integra aos mais ínfimos momentos

da existência dos seres humanos a que diz respeito, pois passa a exigir que o corpo contenha dentro de si tudo o que ofereça algum risco de transbordar as fronteiras que o definem como individual: os arrotos, os flatos, as transpirações, as salivas, os hálitos, os catarros e, mais tarde, os pensamentos e sentimentos. Tudo isso tinha livre curso nos tempos medievais e, portanto, deverá ser dramaticamente modificado. Agora, novas mentalidades, novas sensibilidades, novas individualidades: devem ser aprisionadas e circunscritas aos limites privados do corpo. É preciso que a arquitetura o viabilize.

Este foi o cenário cultural em que timidamente se inventou um lugar especial para as pessoas evacuarem. Inicialmente esta invenção separava mais os atos que os atores: havia com freqüência, no mesmo lugar, mais de uma latrina, separadas por barras que ajudavam a manter o equilíbrio de pessoas que se acocoravam ao mesmo tempo, lado a lado, freqüentemente mantendo conversação. Em 1558, entretanto, um manual citado por Norbert Elias observa que “não fica bem a um homem decoroso e honrado (...) aliviar-se na presença de outras pessoas”. Além do mais, a crença no valor financeiro e simbólico do esterco humano persiste longamente e, mesmo no século XIX, os esvazia-latrinas continuam a exercer a profissão.

Nas páginas das *Mémoires* de Saint-Simon, ainda se podem surpreender trechos como o seguinte, em que, sem mostrar qualquer espanto, narra-se com toda naturalidade:

*O duque de Humières quis que o levasse a Versalhes agradecer ao duque de Orleans, logo de manhã. Encontramo-lo enquanto se vestia, estando ainda na sua adega da qual tinha feito o seu quarto de vestir. Lá estava sobre sua cadeira de retrete, entre seus criados e dois ou três de seus primeiros oficiais...*

Este texto, bastante ilustrativo da superposição de funções dos cômodos do palácio, e que cito a partir de Auerbach (1971:374), continua da seguinte forma:

*quando Louvois irrompe, numa cena dramática, para junto do rei, para impedir que anuncie oficialmente suas bodas com a senhora de Maintenon, encontra-a justamente se levantando da chaise percée e arrumando ainda as suas vestes; da duquesa de Borgonha, conta Saint-Simon que costumava manter as conversações mais confidenciais com suas damas justamente em tais ocasiões.*

De nossa parte também não deveríamos ficar surpresos pelo fato de que membros da mais alta aristocracia européia estivessem rodeados de criados e de funcionários enquanto evacuavam. Nem que reis recebessem seus dignitários nesta ocasião: mesmo os príncipes dos séculos XVII e XVIII quase nunca ficavam sozinhos.

Quando a privada que conhecemos, uma espécie de cadeira, apareceu, foi preciso ensinar aos usuários a não permanecerem agachados sobre a mesma. Daí também a invenção correlata, sobretudo em colégios e em construções destinadas aos que deveriam ser ressocializados, de portas vazadas na parte inferior, de modo

a permitirem vigiar os pés dos que faziam uso das ‘privadas’ (termo, aliás, bastante impróprio, pois ainda distavam muito de o serem). Também se fez necessário desenvolver um conjunto de regras de comportamento adequado aos novos espaços que iam surgindo – uma etiqueta que começava por regras singelíssimas, tais como: “é indelicado cumprimentar alguém que esteja urinando ou defecando”.

Foi preciso, desse modo, contrariar hábitos, para possibilitar o fechamento das funções excretórias e criar seu isolamento (Guerrand, 1991; Braunstein, 1991). Este trabalho foi apenas parcialmente completado, mesmo em setores bastante ‘avançados’ da sociedade contemporânea. Podemos verificá-lo, por exemplo, nos banheiros públicos de hoje, até em ambientes de certo luxo, em que, ainda que se separem os sexos e as privadas, continua-se permitindo uma certa promiscuidade dos mictórios, apenas simbolicamente apartados por pequeninas divisórias, quando as há. Sabemos, entretanto, o quanto nesses lugares a mistura de cheiros orgânicos e privados, a proximidade de corpos e intimidades são-nos agressivos e suspeitos. Compreendem-se facilmente as razões pelas quais tais espaços nos proporcionam um mal-estar verdadeiramente punitivo no âmbito de nossas sensibilidades individualistas.

Corolário dessas separações, o estabelecimento de fronteiras e o fechamento do corpo virão a reduzir de modo extraordinário o grau e a natureza da suportabilidade dos cheiros exalados pelas outras pessoas. A nova sensibilidade não somente exigirá uma grande atenção para conter e aprisionar os próprios cheiros, toques, temperaturas etc.: acima de tudo, ela não mais admitirá que o odor do outro invada o nosso território individual, estabelecendo doravante, quanto a isso, os mais sérios tabus. Até mesmo a relação entre o médico e seu paciente sofrerá os efeitos dessa nova sensibilidade. Os antigos métodos de diagnóstico serão gradativamente substituídos. Aos poucos, nada mais de provar a urina, nada de cheirar, de tocar, de auscultar diretamente, de olhar com minúcia. Tudo isso passou a ser excessivamente ‘subjetivo’. As exigências de distanciamento, de objetividade e os novos pudores incentivaram o desenvolvimento de ‘modernas’ tecnologias de separação, baseadas no recato e na discrição (Foucault, 1978).



Na linha das separações mencionadas, os cômodos que primeiro e mais rapidamente se multiplicaram e especializaram foram os quartos. Um dia, estes terrenos virão a dispor de portas, acabarão por ser fechados com múltiplas chaves e mesmo com ferrolhos. Nos contextos medievais, entretanto, estes apetrechos provocavam, em quase todas as pessoas, uma intensa desconfiança. Dentro do espaço doméstico – eminentemente público e coletivo, segundo os hábitos da Idade Média – funda-se com o quarto um território particular, privado e especializado, cujo destino foi fundamental para a materialização das práticas e do imaginário do Ocidente.

Em tal território, a tendência à introspecção e à interiorização foi isolando pouco a pouco, no âmbito já próximo do espaço residencial, uma área ainda mais privativa, cujo invólucro passaria a ser constituído pelo corpo de cada homem e

de cada mulher: a intimidade. É muito importante registrar este detalhe da história da individualização no Ocidente, que outros dispositivos ainda mais sutis viriam a viabilizar sobretudo a partir do século XVIII. Penso, neste caso, na substituição da oração e da leitura realizadas em comum, em público, em voz alta, comportando uma gesticulação e uma expressão corporais extremamente ostensivas, que eram típicas dos velhos tempos, – pelo hábito, primeiro, de rezar e de ler em voz baixa sussurradamente, e depois – como aprendemos a fazer hoje em dia – silenciosa, interiorizada, contrita, solitária e intimamente (Rouche, 1992; Duby, 1979; Sennett, 1989; Chartier, 1992).

Nos primeiros tempos, os quartos eram quase sempre de dimensões minúsculas, se as compararmos às dos espaços especificamente votados à recepção, à hospitalidade e ao convívio comunitário, como, por exemplo, as salas. Os quartos viriam a ser também pessoais, no importante futuro que os aguardava. No entanto, demorariam ainda bastante para se tornarem espaços estritamente individuais e favorecedores do monólogo interior. Na verdade, uma espécie de promiscuidade reinaria por muito tempo nos dormitórios. Uma vez surgidos, os quartos seriam quase sempre ‘de alguém’ – mas de um alguém ainda coletivo. Talvez seja ilustrativo imaginá-los como um “privado gregário”, para usar de maneira um pouco deslocada a feliz expressão de Régnier-Bohler (1991:323).

Tais cômodos possuiriam separações. Todavia, essas separações não passariam no início de tabiques de madeira, limitando-se muitas vezes a serem peças de pano ou tapeçaria. Os quartos dispunham de camas. No entanto, esses leitos abrigariam simultaneamente vários ocupantes, quase nunca respeitando a partilha de sexos e idades. Uma única cama poderia acolher não apenas um casal, mas também seus filhos, pequenos ou nem tanto, vários irmãos ou irmãs, amigos, criados a serviço de um mesmo senhor, estranhos que recebiam a mesma hospitalidade... A iconografia e os textos mostram em abundância guerreiros, estudantes, doentes, pobres, entre outros, dormindo vários em uma mesma cama (Contamine, 1991).

Os quartos permitirão o confinamento da nudez e das relações sexuais. Não obstante, por muito tempo elas ainda terão lugar diante de espectadores mais ou menos distraídos, que seriam pequenas platéias, formadas por criados ou não (Roncière, 1991). Ao surgirem, os quartos já prometem se transformar nos espaços por excelência da solidão e da fuga dos olhares de outrem, mas ainda não o são. Ao contrário: são cenários de muito intensa sociabilidade noturna e mesmo diurna, cômodos onde se recebem visitas, onde reis concedem audiências e onde muitas vezes tocam escrófulas solenemente. A diferença entre o quarto e a sala é, e permanecerá por muito tempo, uma questão de grau de privacidade, não de natureza. Com isso quero dizer que não havia saltos, que não se constataavam abismos no interior do espaço doméstico – de modo semelhante ao que também ocorria no que diz respeito à relação interior-exterior da moradia.

Apenas por volta do século XVII começa a se difundir a camisola de dormir, como um tímido separador de corpos individuais. A cama individual já vinha muito lentamente rompendo com a cama coletiva, em certos segmentos da população, sobretudo nos mosteiros e em alguns colégios. Ela antecedeu em muito o quarto individual – como sabemos, um sonho ainda impossível para a maioria dos indivíduos integrados à sociedade individualista, mesmo tão tardiamente quanto no final do século XX. Esta cama individual, por sua vez, foi precedida por leitos mais ou menos privativos, que comportavam separação ótica, mas não permitiam ainda a separação auditiva ou olfativa: são as camas com cortinas, que hoje conhecemos apenas em filmes, museus, livros ou gravuras.

Muitas vezes destinados a casais, estes móveis encortinados deixam muito evidente que pretendiam separar seus ocupantes de outras pessoas que freqüentavam o mesmo ambiente. Eles refletem claramente um estágio ainda balbuciante da história da privacidade, um momento em que a fronteira da intimidade se limitava prosaicamente a antepor frágeis objeções ao olhar. Prosaicamente, mas não sem propósito, pois no olhar já se materializava a ascendência da visão como sentido culturalmente privilegiado e como indicador de distanciamento. Assim, às vésperas do Iluminismo, o manual de La Salle advertia: “o decoro exige que ao nos deitar escondamos de nós mesmos o próprio corpo e evitemos lhe lançar até os menores olhares”.

De diversas maneiras, por um lado, os quartos contêm a tendência mais limpidamente observável na transformação das mentes e dos modos de vida medievais. Tais tendências atingem igualmente a rua, a casa, seus cômodos e mesmo o corpo: fazer passar para o interior aquilo que outrora se desenrolava mais facilmente ao ar livre e no exterior. No início, e por muito tempo, essas tendências definem graus diferentes de transparência e opacidade dos espaços domésticos – em geral passagens sem grandes soluções de continuidade, em vez de abruptos impactos provocados por mudança de natureza.

Por outro lado, insinua-se cada vez mais fortemente nessas tendências a substituição dos espaços polivalentes e multifuncionais por territórios dotados de destinação mais rigorosamente predefinida, por espaços menos passíveis de comportar misturas ou sobreposições, inclusive e mormente aquelas resultantes da proximidade entre os senhores e seus serviçais. Tratava-se cada vez mais de conceber uma habitação que fosse bastante pequena para que nenhum ‘estranho’ a pudesse habitar. Ao mesmo tempo, tal residência deveria ser suficientemente espaçosa, a ponto de os pais nela poderem dispor de um território, separado dos terrenos dos filhos e dos empregados. Um terreno em que os pais pudessem viver sem serem observados em sua intimidade, mas sem perderem a possibilidade de vigiar filhos e serviçais (Donzelot, 1986).



Mesmo nos mosteiros, sob o abrigo do claustro que protegia das corrupções do mundo, a vida era comunitária. Na Idade Média até a solidão se vivia em grupo, como lembrou Duby (1988b). Algumas dezenas, por vezes centenas de homens,

quase sempre oriundos da aristocracia, nos mosteiros formavam uma fraternidade. A vida pública estava aí também no centro da vida privada, como durante quase toda a história do Ocidente. Dentro ou fora dos mosteiros, viver privadamente era antes de tudo viver em casa, em família. O grupo familiar constituía o coração do privado, mas era também o contrário disto: era o lugar em que a privacidade se fazia pública. As fronteiras eram tênues. Ainda não era chegado o tempo em que a pessoa que se encontrasse na sala evitaria se dirigir a quem estivesse no quarto, e quem se encontrasse fora não poderia falar com quem estivesse dentro do banheiro. Mesmo no interior da vida privada familiar, foi com grande dificuldade e com muita demora que surgiu o privado individual.

Um exemplo razoavelmente ilustrativo desta delonga: até o final do século XVIII, mesmo para as elites, não se havia ainda concretizado o individualismo que se traduz pelo isolamento noturno. Ainda nesse meio social, o quarto não constituía, para a maioria, o templo da vida privada, um espaço de intimidade construído como se fosse um abismo abrupto no centro da esfera doméstica. O quarto ainda estava longe de ser o lugar mais íntimo dos casais, o recinto em que, dos modos mais ousados, segundo os imaginários, seria possível transgredir a moral sexual dominante. A história dos dormitórios nos ensina que essa transgressão, de maneira irônica, acabaria por se tornar algo socialmente autorizado: os quartos não passariam, neste sentido, na maior parte das vezes, de espaços culturalmente destinados à transgressão conformista e controlada de regras de procedimento sexual. Passariam a ser lugares propícios a *mise-en-scène* de modelos socialmente padronizados e aprovados para a conduta sexual desviante.

Até o século XVIII, a maioria dos leitos conjugais ainda nem mesmo é circundada por cortinas. Muito menos é envolvida pela espessura das paredes do quarto ‘de dormir’, pelas fechaduras inspiradas pelo recato, possessividade ou sentimento de ciúme. A Idade Média permanece: não é ainda o tempo em que as coisas ‘íntimas’ serão feitas às escondidas, em espaços reclusos e especializados para sufocar risos, cochichos, sussurros, murmúrios, gritos... Ainda não é chegado, para a maior parte das pessoas, o tempo da decência do pernoite, do pudor associado ao sexo e às funções corporais, sobretudo excretórias.

Também se está muitíssimo distante, nos séculos medievais, dos tempos que viemos a conhecer, em que os atos de vida privada, depois de haverem encontrado um espaço dentro da família, acabarão escapando do círculo doméstico e serão praticados principalmente fora de casa. Sim, porque um tempo chegará em que o individualismo e o desejo de privacidade atingirão pontos tão críticos, que as pessoas acabarão preferindo o anonimato extremamente individualizante de alguns lugares públicos. Por essa razão prosperam em nossos dias os estabelecimentos públicos especializados na viabilização de gestos íntimos e na preservação do secreto – como motéis, prostíbulos discretos, saunas escuras, cabines reservadas para masturbação etc.



Não havia como se isolar nos espaços medievais, naquelas casas povoadas, abertas. Por muito tempo, todos viveram as mínimas cenas da vida familiar ou cotidiana completamente às claras ou em penumbra: *toilette*, evacuação, gravidez, parto, morte, menstruação, relações sexuais... Até que se inventasse a cama com cortinas, desejando-se alguma privacidade (mas não era sempre o caso), o ato sexual deveria ser praticado sob as cobertas ou na escuridão. De acordo com a regra geral, segundo a qual uma modificação dos antigos dispositivos antecede a invenção de novos aparatos, uma cama ‘íntima’ precedeu nessa história o quarto individual.

Mesmo no século XVII, em gravuras reproduzindo interiores de residências de famílias francesas de camadas média e superior – vanguardistas, portanto, quanto ao cultivo desses requintes –, pode-se muitas vezes perceber o leito como parte do mobiliário da sala. Antes de se cercar de cortinas, uma cama íntima deslizou sutil e lentamente por um espaço público, em busca de recantos mais escuros e discretos. Sob tais condições, somos vivamente convidados a especular a respeito de como os rituais eróticos e seus preliminares devem ter acontecido. Nesses tempos de pouca ou nenhuma intimidade, como se davam as relações ‘íntimas’? Eram breves? Eram livres? Abafadas?

Havia mesmo uma certa formalidade cerimonial a consagrar essa liberdade relativa ao ‘íntimo’ que pode ajudar a imaginação, uma vez que são raríssimas as informações sobre este assunto. Os costumes dos ritos matrimoniais podem nos dar uma idéia da ausência de importância desta *privacy*. Em várias regiões da Europa medieval era hábito uma espécie de procissão ao quarto ou à cama, liderada pelos padrinhos do casal. A noiva devia ser completamente despida pelas damas de companhia e os nubentes presenteados com suas camisolas de dormir. O leito nupcial deveria ser montado na presença de testemunhas, para que o casamento fosse válido – mais tarde, este leito seria abençoado por um sacerdote, como garantia de fecundidade e fidelidade (Barthélemy, 1991a). Como tudo na vida medieval, a cópula também não precisava ser ocultada ou atenuada por eufemismos simbólicos. Não foi sem propósito, aliás, que uma das primeiras regras do jogo do amor cortês fosse exatamente a obrigação da discrição e do segredo, “impondo aos amantes viver a dois uma solidão oculta (...) primeiro botão do que se tornará para nós a intimidade” (Duby, 1991a).

Eram essenciais aos ritos medievais de matrimônio a expressão licenciosa e um simbolismo que, conforme os parâmetros de nossa sensibilidade contemporânea, soariam grosseiros. A exposição dos lençóis no dia seguinte à consumação das núpcias pode ser um exemplo ilustrativo dessa ritualidade. A alegria obscena predominava e todos os orifícios corporais podiam servir a esse objetivo, de que a farsa e a canção lascivas constituem um gênero bastante característico. Havia nos tempos medievais, por assim dizer, uma alegoria erótico-eclesiástica, de que ainda permanecem resíduos nos nossos ritos matrimoniais. A Igreja oficial não era capaz de dominá-la. Nem mesmo o puritanismo da Reforma teve a potência de abolir inteiramente a publicidade do casamento-cama, que permaneceu viva bas-

tante além do século XVII, sobretudo nos meios populares. Essa publicidade não desapareceu totalmente ainda hoje, continuando bastante viva em algumas regiões, particularmente, como se sabe, às margens do Mediterrâneo.

Em fins da Idade Média, entretanto, com variações segundo as classes e os países, estes costumes começam a mudar gradualmente, expressando-se em modificações nos padrões de intimidade – constrangimento, culpa, vergonha, pudor – no que concerne ao sexo. E o casal obtém permissão ou incentivo para se deitar vestido. As antigas franqueza e liberdade tornam-se ao poucos procedimentos chocantes. As relações sexuais são transferidas para os bastidores da cena social e isoladas no domínio mais secreto da vida familiar e pessoal. Princípio-se a requisitar de cada um sigilo e tabus sobre a vida sexual, além de alta dose de controle dos impulsos e dos ardores corporais (Elias, 1990). Algo como uma moralização da sexualidade preguiçosamente começa a se impor – e de modo tão intenso que, quando os princípios vitorianos tiverem determinado silêncio quase total com relação a tudo que se referisse à sexualidade, paredes, cortinas, cobertas, móveis, portas, janelas etc., quase não falarão sobre outra coisa que não fosse sexo (Foucault, 1985).

Pode parecer inteiramente contraditório, mas o aparecimento dos cômodos, das paredes, das portas, das chaves, das cortinas e das distâncias corporais expressa antes de tudo a tendência de as pessoas cada vez mais se observarem umas às outras, de se vigiarem mutuamente e de cada um se impor como autoridade sobre o próximo. Proibição de ver e estímulo a olhar constituem duas faces da mesma moeda. Distanciamento obrigatório e desejo de aproximação representam os dois lados da mesma folha.

Isso nos ensina também que as relações sociais neste momento estão assumindo um matiz muito tenso, aumentando a coação exercida por uma pessoa sobre outra e exigindo mais enfaticamente um ‘bom comportamento’ – exigência presidida por sutis manifestações do esconder e do mostrar, que nós viremos a conhecer bastante bem. Desse bom comportamento, a capacidade de auto-observação, de se fazer objeto de si mesmo, será um dos princípios essenciais. É essa habilidade que virá a possibilitar o autocontrole, a auto-avaliação, a boa apresentação de si e o tornar-se amo de si próprio. O distanciamento conceitual em relação a si, essa objetividade relativa à própria subjetividade, exige controle emocional, obviamente. A visão ‘psicológica’ de si representa, por conseguinte, uma estranha e paradoxal insensibilidade a si.

A observação silenciosa de si e dos outros como um princípio de ordem pública é, com certeza, uma das mais profundas transformações do século XIX (Sennett, 1989). Nesse ponto, já não se tratará mais, propriamente, apenas de um poder que atua ‘de fora’ sobre mentes e corpos, no sentido de obrigá-los a fazer o que se quer que eles façam, de um poder pessoal e visível. Tratar-se-á, antes, de um poder, muitas vezes anônimo, que sabe como fazer corpos e mentes operarem

da maneira como se quer que operem (Foucault, 1975). Tratar-se-á doravante de uma ação de si sobre si, de uma maneira de ser. De um modo de existir que fabrica um tipo de auto-sensibilidade – uma subjetividade auto e hetero-objetificante – totalmente indispensável à nova sociabilidade individualista e ao novo funcionamento do poder.

Vejamos uma ilustração singela e caricatural: a abordagem sexual direta, bastante comum nos tempos medievais (Braunstein, 1991), movida pela espontaneidade e pela simplicidade, pelas facécias, libertinagens e obscenidades, cai lentamente em desuso nesse novo cenário governado pelo autocontrole, pelo racional, pela domesticação da linguagem falada e corporal, pela subordinação dos afetos às formas de etiqueta. Nada disso é difícil de compreender. A palavra ‘cortejar’, a propósito, é bastante significativa nesse contexto. Ela surgiu em fins do século XVI, apontando para uma nova maneira de se prepararem e de se realizarem as relações sexuais, maneira presidida por códigos de conduta que ritualizam uma aproximação lenta e cerimoniosa do casal, dramatizando uma manipulação muitíssimo complicada de paredes sociais, arquitetônicas, corporais, individuais psicológicas e, sobretudo, íntimas.

Tais fronteiras passam agora a constituir verdadeiras muralhas, extraordinariamente sensíveis e vigiadas, sujeitas a susceptibilidades das mais variadas tonalidades. Muralhas entre pessoas. Muralhas interiores. Muralhas de medos profundamente arraigados. Medo de ver o outro. Medo de tocá-lo. Medo de ser visto. Medo de ser afetado (Elias, 1993; Corbin, 1991). Medos que previnem as mínimas transgressões do comportamento socialmente aceitável. Medos que levam a parar de sentir pelo medo de demonstrar sentimentos. Medo de desejar. Mas também medos de suscitar desejos. Desejos que portarão as marcas indeléveis de todos esses medos.